



Circular nº 2/2013

10 de Janeiro de 2013

Assunto: Questões sobre Comunicação de Dados

Caro Associado,

A propósito do Decreto-Lei nº 56/2011 e as diversas vertentes a que importa atender relativamente à sua aplicação, são recorrentes algumas questões, e entre elas as que se colocam à figura do “Operador”. Hoje aproveitamos para aprofundar um pouco mais sobre este novo “agente” de mercado.

No que se refere à definição das responsabilidades do “Operador” para cumprimento da legislação sobre F-Gases, em primeiro lugar cabe ao detentor do equipamento fixo de refrigeração, ar condicionado ou bomba de calor, entendido como “Operador”, a obrigação de recorrer a técnicos e empresas certificadas para a execução das operações previstas na legislação (instalação e manutenção, incluindo recuperação e deteção de fugas, além da comunicação anual de dados).

Tal é também a interpretação da APA – Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., a qual transcrevemos na íntegra:

“O Operador de um equipamento ou sistema contendo gases fluorados com efeito de estufa constantes do Anexo I do Regulamento (CE) n.º 842/2006 é a pessoa singular ou coletiva que exerce um poder real sobre o funcionamento técnico dos equipamentos e sistemas e é responsável pela conformidade legal do mesmo e do cumprimento das obrigações que lhe estão inerentes.

O “poder real sobre o funcionamento técnico” de um equipamento ou sistema, em princípio, inclui os seguintes elementos:

- livre acesso ao sistema, o que implica a possibilidade de fiscalizar os seus componentes e o seu funcionamento, bem como a possibilidade de autorizar o acesso de terceiros;



- o controlo sobre a gestão e funcionamento diários (por exemplo, a decisão de ligar ou desligar o sistema);
- a competência (incluindo a competência financeira) para decidir sobre a introdução de modificações técnicas (por exemplo, substituição de um componente, instalação de um sistema fixo de deteção de fugas), a modificação das quantidades de gases fluorados no equipamento ou sistema e a realização de inspeções (por exemplo, para deteção de fugas) ou reparações.

Por defeito, salvo disposições contratuais em contrário, o proprietário do equipamento é o responsável pelo cumprimento das disposições legais aplicáveis, assumindo, como tal, a função de Operador do equipamento. (o sublinhando é nosso).

Contudo, em alguns casos, nomeadamente quando estão envolvidas instalações de grandes dimensões, por vezes são contratadas empresas de serviços ou simples técnicos para efetuar a manutenção ou assistência técnica. Nesta situação, as obrigações do proprietário enquanto operador do equipamento poderão, através de disposições contratuais claras, ser transferidas para outra pessoa, singular ou coletiva.

A determinação das responsabilidades de cada parte, proprietário e pessoa que proceda às intervenções no equipamento, depende das disposições contratuais e das práticas acordadas entre as partes. Estas disposições devem ser explícitas quanto a quem deve dar cumprimento às obrigações legais decorrentes do funcionamento do equipamento, tanto as inerentes às ações práticas no âmbito das intervenções operacionais, como à manutenção dos registos e à comunicação de dados às autoridades competentes.

Existem obrigações diferenciadas consoante o “Operador” exerça poder real sobre o funcionamento técnico de cada um dos seguintes tipos de equipamentos/sistemas:

- Equipamentos Fixos de Refrigeração, Ar Condicionado e Bomba de Calor;”

Tal informação pode ser extraída do site da APA no seguinte Link:

<http://www.apambiente.pt/index.php?ref=17&subref=148&sub2ref=564>



Reafirmamos a disposição prevista na legislação de que, a responsabilidade do detentor (proprietário ou explorador do equipamento) pode ser assumida pela empresa de instalação/manutenção, se para tal houver um acordo com o cliente nesse sentido, determinando-se neste caso que o instalador passa a ser considerado o “Operador” ao possuir o poder real sobre o funcionamento do equipamento, em cumprimento do nº 6 do art.º 2º do Regulamento (CE) Nº 842/2006. Esta orientação pode ser importante para os casos em que o cliente não tem meios, capacidade ou conveniência em responsabilizar-se pelo cumprimento da legislação, sendo essa responsabilidade transmitida à empresa de instalação/manutenção por acordo contratual entre ambas as partes, inclusive a comunicação anual de dados à APA.

Com os melhores cumprimentos,

Departamento Técnico